An introduction to modern economics

Por Joan Robinson e John Eatwell. London, McGraw-Hill, 1973.

Joan Robinson, talvez a mais renomada economista britânica da atualidade, apresenta-nos, em co-autoria com John Eatwell, um livro que teria por objetivo servir como livro-texto em cursos introdutórios de economia.

Compõe-se a obra de 17 capítulos divididos em 3 partes. Na primeira, os autores fazem um apanhado geral das linhas mestras do pensamento econômico do século XVIII até nossos dias. Na segunda parte, apresentam uma exposição dos principais tópicos que compõem o que se convencionou chamar de microeconomia e macroeconomia, incluindo uma breve referência: ao sistema monetário, às finanças públicas, ao comércio internacional, assim como ao planejamento em economias socialistas. Na terceira e última parte, os autores analisam os problemas atuais dos países desenvolvidos: capitalistas e socialistas e dos países do Terceiro Mundo.

Livros introdutórios de economia existem às centenas. Dentre os mais conhecidos temos o de Samuelson, adotado em quase todos os cursos introdutórios nas universidades do mundo não-comunista, e cuja tiragem já deve ter ultrapassado um milhão de exemplares.

O que diferencia a obra de Robinson e Eatwell desses livros-texto, é sua abordagem crítica. Diferentemente de um livro como o de Samuelson que se apóia na teoria neoclássica ortodoxa para a parte de microeconomia e na teoria pós-keynesiana (de caráter cada vez mais neoclássico) para a parte de macroeconomia, os dois autores britânicos tentam apresentar uma nova abordagem para o estudo da economia.

Tal abordagem tem como ponto de partida as críticas que vêm sendo desenvolvidas aos pressupostos da visão neoclássica da economia pelos economistas de Cambridge, Inglaterra. Tais críticas são de caráter metodológico bem como de conteúdo. Estão ligadas aos pressupostos da economia como sendo uma espécie de mecanismo que tende ao equilíbrio a longo prazo com um concomitante processo de harmonização de interesses conflitantes, ao conceito de capital, à teoria da distribuição (versão neoclássica), à teoria de formação de preços numa economia capitalista, ao próprio uso de curvas de oferta e de procura na explicação de fenômenos econômicos, bem como às simplificações irrealistas da maior parte dos modelos econômicos.

É difícil avaliar uma obra como esta. Certamente representa um grande avanço com relação a livros-texto como o de Samuelson; entretanto, deixa algo a desejar. A primeira parte, isto é, aquela referente à síntese histórica do pensamento econômico que os autores realizam, é bastante confusa em certos pontos, pressupondo da parte do leitor um conhecimento da história da teoria econômica que geralmente ele não possui (afinal, é um livro introdutório). Quanto à segunda parte, onde Robinson e Eatwell desenvolvem os aspectos analíticos, também os resultados apresentados não são totalmente satisfatórios. Algumas das demonstrações são confusas como as que encontramos acompanhando os diagramas do primeiro capítulo desta parte (Land and labour). Os autores também geram uma confusão desnecessária no tratamento do problema das inovações. Alguns dos pressupostos não são claramente especificados, o que pode levar o leitor a se perder, como no capítulo sobre bens e preços. Outros pressupostos ainda, adotados para desenvolver a teoria, não são convenientemente justificados, como o que os autores adotam para elaborar uma teoria de acumulação ótima numa sociedade socialista, baseado numa versão da teoria valor-trabalho. Talvez a abordagem que os autores propõem neste caso, em termos de valor-trabalho, seja a mais adequada, mas as justificativas apresentadas não são as mais convincentes. Fica-se com a impressão de que a obra foi feita às pressas e que nem tudo que os autores gostariam de ter explicado tiveram tempo para fazê-lo. E, finalmente, como seria de se esperar, em se tratando de uma obra proveniente de um país adiantado, a maior parte dos temas abordados é pertinente a economias industriais avançadas, mas pouco apropriada a economias subdesenvolvidas.

Ao lado de todas essas deficiências, o livro apresenta grandes méritos. Em primeiro lugar, mostra as limitações da teoria neoclássica e apresenta uma visão alternativa baseada numa tentativa de incorporar variáveis institucionais aos problemas econômicos. Típico dessa abordagem é o tratamento, aliás excelente, que os autores dão ao problema do nível salarial e da distribuição da renda. Os autores conseguem, ainda, incorporar em sua obra, de forma acessível, as idéias básicas de Kalecki e Sraffa, entre outros, economistas que tanta influência vêm exercendo ultimamente no desenvolvimento da teoria econômica. E, finalmente, para grande alívio dos leitores, os autores não se perdem em elegantes formulações teóricas sem nenhum compromisso com a realidade, que parecem ser o passatempo predileto dos autores da escola neoclássica moderna.

Os três últimos capítulos em que abordam os problemas que afligem as sociedades contemporâneas são de uma lucidez ímpar.

Em síntese, como livro introdutório à economia, apresenta alguns problemas em termos de, se

utilizado, exigir por parte dos professores e alunos um grande esforço para suprir suas lacunas ou falhas. Mas, acredito que tal esforço mais do que se justifica, visto que, a adoção da obra em nossos cursos de economia, pelo menos ajudará a contrabalançar autores como Samuelson, que tanto têm contribuído para tornar a economia a matéria irrelevante que é em nossos dias. □

Robert N. V. C. Nicol

O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.

Por Virgílio Noya Pinto. São Paulo, 1972. 398 p. mimeogr.

Entre as teses que se apresentam em concursos universitários, raras são as que merecem edição em livro, por cumprirem mais que a simples obtenção de título para que o candidato se promova na vida acadêmica. Entre elas está a que Virgílio Noya Pinto escreveu para a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, no Departamento de História: **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português** (contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII). Trata-se de obra que se impõe pelo tema, elaboração superior, metodologia severa, pesquisa ampla e original. O autor se preparou convenientemente: feito o curso em São Paulo, especializou-se em Paris durante algum tempo, absorvendo o melhor da orientação de mestres que se filiam a uma das linhas historiográficas mais notáveis, de modo que adquiriu método de trabalho, não se detendo na fruição de modelos ou técnicas, mas partindo para a pesquisa. Investigou longamente em Paris e em arquivos portugueses, além de percorrer alguns dos importantes arquivos brasileiros, como o Nacional do Rio, o Municipal de São Paulo, o Municipal de Salvador, além de bibliotecas francesas, portuguesas e brasileiras.

Queremos destacar principalmente a pesquisa em Paris, nos Archives Nationales e no Quai D'Orsay. Daí a riqueza básica da tese: os relatórios, memórias e cartas de embaixadores e cônsules em Portugal, que transmitem informações minuciosas sobre o que se passa no país em que eles trabalham, traçando o quotidiano da política em época de disputas de alianças e, sobretudo, com as novas econômicas, como facilidades e embaraços, fortuna e penúria, crises, importação e exportação, julgamentos sobre a economia e as finanças. Como escreve, "as cartas dos representantes franceses transformam-se em verdadeiro diário da vida portuguesa no século XVIII" (p. 4). Interessa sobretudo o que contam das entradas de ouro em Portugal, do que vem para o rei ou para os negociantes, ou do que é contrabandeado por navios britânicos que nunca deixam de estar no Tejo quando chegam frotas do Brasil. Tem-se, desse modo, conhecimento que não se encontra em outra parte e que é de inexcedível valor: os diplomatas fornecem números e dão a linha da política econômica. No caso especial — o ouro brasileiro — dão notícias que nunca haviam sido exploradas, de modo que enriquecem o que se sabe do que foi a economia com origem na mineração do Brasil. Bastava essa base documental para impor o livro.

Ao longo das cinco partes do texto, com 343 páginas, há 520 referências, das quais 161 são de documentos originais que se encontram em Paris — cartas, memórias, relatórios; 109 nos Archives Nationales e 52 no Quai D'orsay, o que dá pouco menos de 30% do total; se considerarmos que entre os livros usados há 40 citações de franceses, chega-se a 201, pela forte influência que o autor recebeu do curso e estada em Paris. O que é extraído dos arquivos brasileiros é pouco e dos portugueses menos ainda.

Não fica no uso dessa base que não se conhecia direito — raramente as vemos citadas — o mérito do autor, mas também no método, que é eminentemente da escola francesa. É uma historiogra-